

GLOSSÁRIO

O conjunto de leis que formam as normas e regras que moldam a vida dos moradores de um município é chamado de Leis Municipais. Para fazer o jogo, consultamos as Leis Municipais de Campinas e coletamos projetos de lei de determinados tipos, são eles: PLO, PLC - que serão explicados abaixo - propostos entre 1987 a 2020 sobre temas específicos e relativos a minorias políticas, como mulheres, pessoas negras, idosos, LGBT+, pessoas portadores de deficiência entre outros. O jogo não conta com todos os diversos tipos de projetos formulados nesse período e nem com a totalidade dos projetos de lei ordinária (PLO) ou complementar (PLC).

1. **PLO** - Projeto de lei ordinária - São projetos que se transformam em leis orgânicas. As leis orgânicas dos municípios são normas que regulam a vida política na cidade, sempre respeitando a Constituição Federal e a Constituição do Estado em que o município está inserido. A iniciativa de um PLO pode partir de qualquer vereador ou do prefeito.
2. **PLC** - Projeto de lei complementar - Assim como o PLO, são projetos que se transformam em leis municipais e que respeitam ambas as Constituições estadual e federal. A diferença é que esse tipo de projeto complementa temas que já foram mencionados na Constituição Federal e adapta para o município. Também como PLO, a iniciativa do PLC pode ser dos vereadores ou do prefeito.
3. **Legislação** - Diz respeito ao conjunto de leis sobre determinado tema, por exemplo a Legislação Trabalhista que reúne diversos tipos de leis sobre a regulamentação dos direitos dos trabalhadores e condições de trabalho.
4. **Conselho Municipal** - Também conhecidos como conselhos de políticas públicas, são espaços que possibilitam aos cidadãos uma participação ativa no processo de criação de políticas públicas no Município. Os Conselhos são compostos por membros do Poder Executivo e também da sociedade civil, ou seja, pessoas que não fazem parte da política institucional. A função desse espaço é a atuação do poder público e da sociedade para desenvolver políticas públicas específicas, como por exemplo: Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade LGBT+ que tem como propósito desenvolver políticas que incentivem a participação política e social desse grupo.
5. **I.P.T.U** - Imposto predial e territorial urbano. É um imposto pago ao Município com a finalidade de pagar as contas da administração municipal, como por exemplo: contratos de prestação de serviços, pagamento de salários de servidores municipais e obras públicas.

6. **Isenção** - A isenção do pagamento de imposto se configura pela situação na qual um indivíduo ou alguma instituição teria a obrigação de pagar uma taxa tributária, mas é dispensado desse pagamento. Ou seja, é liberado pelo poder público de pagar o imposto.
7. **H.I.V** - Acquired Immunodeficiency Syndrome - É a sigla em inglês que nomeia o vírus responsável pela Síndrome da Imunodeficiência Humana, popularmente conhecida também como A.I.D.S.
8. **H.P.V** - É a sigla em inglês para Papilomavírus Humano, é um vírus que infecta pele ou mucosas (oral, genital ou anal). O vírus pode infectar qualquer pessoa e pode provocar verrugas, lesões e possivelmente câncer.
9. **Sanção** - Quando um projeto de lei é sancionado, ou seja, recebe a sanção, significa que foi aprovado pelo Legislativo e também pelo Executivo. No caso de projetos de lei municipais, um projeto de lei é sancionado quando é aprovado pela Câmara Municipal e o Prefeito concorda com essa aprovação.
10. **Veto** - Contrário a sanção, o veto acontece quando um projeto de lei é aprovado pelo Legislativo e o Executivo não concorda e impede que o projeto inteiro ou que alguma parte dele se torne lei. No caso de projetos de leis municipais, o projeto é aprovado pela Câmara Municipal e vetado pelo Prefeito.
 - a. **Veto total do Executivo** - O caso de veto total é quando o Prefeito impede que o projeto inteiro se torne lei.
 - b. **Veto parcial** - É quando um projeto de lei é parcialmente vetado pelo Executivo, ou seja, recebe o veto parcial, significa que algumas partes do projeto foram sancionadas e outras partes ficaram de fora da lei.
11. **Rejeição** - Um projeto de lei é rejeitado quando mais da maioria dos vereadores vota contra o projeto se transformar em lei, rejeitando a proposta. Diferente do veto que acontece na esfera do Poder Executivo, a rejeição acontece na esfera legislativa, no plenário.
12. **Plenário** - O plenário é o espaço legislativo onde os vereadores realizam as sessões e votam os projetos de lei, decretos, moções entre outros. É considerado o órgão máximo de deliberação porque conta com a presença de todos os membros do legislativo - diferente do que acontece dentro das comissões.
13. **Comissão** - As comissões são órgãos técnicos do Poder Legislativo responsáveis pela realização de debates mais detalhados e especializados sobre as propostas de lei. Por exemplo: a Comissão de Educação é o órgão técnico responsável por realizar debates e estudar as melhores propostas de políticas públicas sobre educação, julgando e elaborando pareceres para os projetos de lei sobre esse tema.

14. CONSTILEG - Comissão de Constituição e Legalidade de Campinas - É a comissão responsável por verificar se o projeto de lei está dentro das regras estabelecidas pela Constituição.

15. Parecer contrário da comissão - Um projeto de lei pode ser rejeitado por diversos motivos e por diversas instâncias. Pode receber o veto do Executivo, pode ser rejeitado em plenário e também pode receber um parecer contrário pelas comissões.

a. **Comissão de Constitucionalidade** - A Comissão de Comissão de Constitucionalidade é responsável por verificar se o projeto de lei está dentro das regras estabelecidas pela Constituição. Quando um projeto recebe um parecer contrário dessa comissão significa que é inconstitucional, não podendo ser aprovado. Muitas vezes os projetos de lei municipais negados por essa comissão contém alterações em assuntos que não são do alcance do município, mas são de competência estadual ou federal.

b. **Comissões de mérito (Comissão Permanente)** - Dentro das comissões permanentes, diferente das comissões de constitucionalidade, os projetos são debatidos de acordo com a qualidade do seu conteúdo e da sua consequência uma vez que se tornaram uma política pública. Quando um projeto recebe um “parecer contrário da comissão de mérito” quer dizer que o relator do projeto e a comissão permanente responsável pelo tema da proposta foram contra o projeto se tornar lei devido ao seu conteúdo e não por não se encaixar nos parâmetros da Constituição.

CARTAS DE PROPOSIÇÃO

1. PLO nº 113/2018: *Dispõe sobre a reserva de vagas para veículos que transportem pessoas com deficiência com comprometimento de mobilidade nos estacionamentos localizados no município de Campinas e dá outras providências.*

https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/46980_texto_integral.pdf?1606755820.46

2. PLO nº 231/2002: *Autoriza o poder executivo municipal a adotar o programa de combate a violência doméstica*

https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/4697_texto_integral.pdf?1603740241.75

3. PLO nº 96/1988: *Autoriza a abertura de crédito adicional especial destinado ao prosseguimento do programa de esporte comunitário para crianças e jovens carentes.*

https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/27502_texto_integral.pdf?1606755864.35

4. PLO nº 245/1995: Estabelece conselho para regulamentação e criação de eventos em homenagem ao tricentenário de morte de Zumbi.
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/6320_texto_integral.pdf?1606755942.91)

5. PLO nº 120/2006: Parecer contrário da Comissão Permanente
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=MTY5MjIx)

6. PLO nº 54/1993: Autoriza o executivo a conceder isenção de IPTU aos deficientes físicos, que tenham um só imóvel e residam no local.
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/6751_texto_integral.pdf?1606756085.79)

7. PLO nº 6/2004: Autoriza a implantação do "Disque Mulher" e dá outras providências
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/4846_texto_integral.pdf?1603748588.73)

8. PLO nº 295/1999: Institui a Semana de Solidariedade aos Povos Africanos, e dá outras providências.
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/3729_texto_integral.pdf?1606756199.32)

9. PLO nº 12/1993: Autoriza o Poder Executivo a isentar do pagamento da taxa de coleta, remoção e destinação de lixo e taxa de combate a sinistro aos aposentados e pensionistas nas condições que especifica.
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/7541_texto_integral.pdf?1606756303.2)

10. PLO nº 75/2005: Torna-se obrigatório por lei que 5% de todos os apartamentos/quartos de hotéis e habitações similares sejam apartamentos/quartos adaptados para pessoas com deficiência.
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/8553_texto_integral.pdf?1603307893.44)

11. PLO nº 614/1997: Dispõe sobre a inclusão, no currículo escolar da rede municipal de ensino, inclusive supletivo, na disciplina de História, de matéria relativa ao estudo do negro na formação sócio-cultural brasileira e dá outras providências.
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/4950_texto_integral.pdf?1606756366.09)

- 12. PLO nº 16/2001:** Parecer contrário da Comissão de Mérito
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=MTIINjk4)
- 13. PLO nº 330/1995:** Institui a Semana da Consciência Negra na cidade de Campinas, especialmente na rede municipal de ensino.
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/6415_texto_integral.pdf?1606756490.2)
- 14. PLO nº 177/1996:** Proíbe qualquer tipo de ato discriminatório com as pessoas portadoras do vírus da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS, nos estabelecimentos comerciais e educacionais no município de Campinas.
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/6000_texto_integral.pdf?1606755009.51)
- 15. PLO nº 650/2010:** Institui no calendário oficial do município, o “Dia Municipal de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial” e dá outras providências.
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/27391_texto_integral.pdf?1606756548.78)
- 16. PLC nº 57/2019:** Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos e processos seletivos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Pública direta municipal. - Tornou-se uma Lei Complementar.
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/47925_texto_integral.pdf?1606756765.1)
- 17. PLO nº 409/1998:** Institui o programa de prevenção da violência nas escolas.
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/3646_texto_integral.pdf?1606756817.84)
- 18. PLO nº 494/1992:** Veto Total
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/temp_folder/160675707490.pdf)
- 19. PLO nº 201/2016:** Veto Total
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=MzE4Mjg3)
- 20. PLO nº 344/1995:** Cria o programa de orientação em AIDS para funcionários de creches e escolas municipais da cidade.
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/6606_texto_integral.pdf?1606755148.91)
- 21. Decreto nº 17437/2011:** Dispõe sobre o nepotismo na administração pública municipal.
(<https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campinas/decreto/2011/1744/17437/decreto-n-17437-2>)

[011-dispoe-sobre-a-vedacao-do-nepotismo-no-ambito-da-administracao-publica-municipal?q=mulher](#))

22. PLO nº 100/2000: Institui o serviço S.O.S Discriminação no âmbito do Município de Campinas

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/1625_texto_integral.pdf?1603740972.24)

23. PLO nº 478/2010: Parecer Contrário da Comissão Permanente

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=MjQxMzg5)

24. PLO nº 5/1989: Isenta do pagamento do transporte coletivo urbano idosos com mais de 65 anos, portadores de deficiências e aposentados por invalidez.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/13014_texto_integral.pdf?1606759030.49)

25. PLO 313/1992: Cria o Conselho Municipal da Condição Feminina de Campinas.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/12714_texto_integral.pdf?1606759105.62)

26. PLO 320/2019: Institui o programa "creche para todos" na educação infantil no município de campinas e dispõe sobre a contratação de instituições privadas de educação infantil na forma que indica.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/47950_texto_integral.pdf?1606759149.1)

27. PLO nº 222/2008: Institui o “Programa Municipal de Prevenção e Redução de Danos Decorrentes do Aborto Ilícito e Inseguro”.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/25153_texto_integral.pdf?1603485582.54)

28. PLC - 32/2015: Dispõe sobre a política municipal da juventude, sobre o conselho municipal da juventude de campinas e cria a coordenadoria setorial de políticas para a juventude e dá outras providências. - Tornou-se Lei Complementar.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/40420_texto_integral.pdf?1606759184.69)

29. PLO nº 93/2011: Parecer Contrário da Comissão de Constituição e Legalidade

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=MjQ3MzIx)

30. PLO nº 711/2009: Institui e inclui no calendário oficial de eventos e programação do município, a "Semana da não violência".

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.c)

[ampinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/36116_texto_integral.pdf?1606759393.67](https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/36116_texto_integral.pdf?1606759393.67))

31. PLC nº 48/2018: Dispõe sobre a afixação, no sistema de transporte coletivo de passageiros, de placa ou cartaz com mensagem alusiva ao crime de importunação sexual, na forma que especifica. Tornou-se Lei Complementar.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/47826_texto_integral.pdf?1606759419.69)

32. PLO nº 162/2006: Veto Total

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=MTY5NTUI)

33. PLO nº 169/1998: Autoriza as pessoas idosas acima de 65 anos a embarcar e desembarcar por qualquer porta nos veículos do transporte coletivo urbano do município de campinas e dá outras providências.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/3592_texto_integral.pdf?1606759632.49)

34. PLO nº 649/2010: Institui no calendário oficial do município, o Dia Municipal da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, e dá outras providências.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/27396_texto_integral.pdf?1606759674.69)

35. PLO nº 373/2003: Obriga o poder executivo a observar em suas propagandas e no seu material de comunicação, a condição de igualdade entre mulheres e homens e a diversidade étnico-racial que compõe a sociedade brasileira

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/6108_texto_integral.pdf?1603748311.94)

36. PLO nº 174/1994: Autoriza a Prefeitura Municipal de Campinas a instituir serviço de atendimento telefônico vinculado ao 156 para receber denúncias de violência contra a mulher.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/7042_texto_integral.pdf?1606759845.62)

37. PLO nº 154/2016: Cria o programa de cadastro de profissionais com deficiência, no município de campinas e dá outras providências.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/42426_texto_integral.pdf?1606759955.51)

38. PLO nº 356/2017: Dispõe sobre a cobrança da taxa de estacionamento nos shopping centers e hipermercados e dá outras providências.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.c)

[ampinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/47585_texto_integral.pdf?1606759983.29](https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/47585_texto_integral.pdf?1606759983.29))

39. PLO nº 251/1998: Veto Total

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=MTAzNjE2)

40. PLO nº 225/2017: Institui o programa primeiro emprego: aprendiz campinas" no âmbito da administração municipal.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/44855_texto_integral.pdf?1606760118.42)

41. PLO nº 198/1997: Veto Total.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=OTUwMTU=)

42. PLO nº 592/2002: Autoriza o poder executivo a adquirir aparelhos telefônicos públicos destinados a portadores de deficiência da fala e da audição e usuários surdos, bem como solicitar a instalação na cidade de Campinas.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/1861_texto_integral.pdf?1603747286.49)

43. PLO nº 882/2007: Institui o Dia de Luta Contra a Homofobia no município de Campinas e dá outras providências.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/22677_texto_integral.pdf?1603484923.48)

44. PLO nº 215/1998: Estabelece a obrigatoriedade da construção de sanitários adequados para uso de deficientes físicos, nos estabelecimentos de ensino a se instalarem no Município de Campinas e dá outras providências.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/416_texto_integral.pdf?1606760946.77)

45. PLO nº 95/2000: Cria, através da Secretaria Municipal de Educação, o "Programa para a Formação Profissional de Deficientes".

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/1821_texto_integral.pdf?1603740655.85)

46. PLO nº 406/2010: Torna obrigatória a implantação de serviço de atendimento de primeiros-socorros nas agências bancárias na cidade de Campinas e dá outras providências.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/37054_texto_integral.pdf?1606760991.22)

47. PLO nº 220/1998: Dispõe sobre a instituição da disciplina de "Saúde, Educação para a Vida" na grade curricular das Unidades Educacionais do Município.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.c)

[ampinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/3724_texto_integral.pdf?1606761059.23](https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/3724_texto_integral.pdf?1606761059.23)
)

48. PLO nº 558/2009: Institui, na rede hospitalar de Campinas, o atendimento especial a crianças e adolescentes, vítimas pedofilia e abuso sexual, e dá outras disposições.
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/27713_texto_integral.pdf?1603485800)

49. PLO nº 501/1995: Institui no Município o Programa de prevenção, atendimento e encaminhamento a tratamento especializado, a criança e ao adolescente dependente de entorpecente e drogas afins e dá outras providências.
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/5057_texto_integral.pdf?1606755366.63
)

50. PLO nº 262/1997: Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com o Externato São João visando o desenvolvimento de atividades voltadas para crianças e adolescentes em situação de risco e infratores.
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/5274_texto_integral.pdf?1606765386.76
)

51. PLO nº 72/2003: Introduce o quesito violência de gênero no sistema municipal de informações em saúde e dá outras providências.
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/2254_texto_integral.pdf?1603748193.46
)

52. PLO nº 267/1989: Declara órgão de utilidade pública municipal o "Grupo Comunitário Criança Feliz".
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/13107_texto_integral.pdf?1606761585.7
)

53. PLO nº 486/2011: Institui no âmbito do município de Campinas a Semana de Conscientização sobre a Importância do Ácido Fólico para mulheres na faixa etária de 10 a 40 anos, e dá outras providências.
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/36543_texto_integral.pdf?1606761623.65
)

54. PLO nº 596/1997: Rejeitado
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=OTg3NzI=)

55. PLO nº 744/2009: Dispõe sobre vagas em EMEIs, CEMEIs, Naves Mães e Creches para filhas de vítima de violência de gênero.
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/36996_texto_integral.pdf?1606762024.46
)

56. PLO nº 572/1999: *Concede desconto a idosos em atividades culturais.*
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/1667_texto_integral.pdf?1606762047.59)

57. PLO nº 532/2006: *Dispõe sobre a criação da farmácia popular no âmbito do município de Campinas e dá outras providências.*
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/9512_texto_integral.pdf?1603484286.92)

58. PLO nº 148/1996: *Veto total*
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=ODcwMTM=)

59. PLO nº 220/2017: *Isenta as pessoas cadastradas no registro brasileiro de doadores voluntários de medula óssea - redome de pagamento de taxa de inscrição para concursos públicos do município de campinas.*
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/47309_texto_integral.pdf?1606762109.71)

60. PLO nº 366/1999: *Autoriza o Executivo a instalar salas para alfabetização de adultos e dá outras providências.*
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=MTExNTg3)

61. PLO nº 331/1995: *Rejeitado*
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=ODI0MDc=)

62. PLO nº 121/1987: *Proíbe a venda de cola de sapateiro, thinner, acetato, acetona e afins para menores de 18 anos.*
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/27535_texto_integral.pdf?1606762328.42)

63. PLO nº 289/2005: *Obriga o Poder Executivo a disponibilizar toda a legislação municipal (Leis orgânicas, complementares, ordinárias, decretos e normas complementares) na internet.*
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/8825_texto_integral.pdf?1606762425.94)

64. PLO nº 10/2017: *Obriga os pais de crianças em idade de vacinação, ou seus responsáveis, a apresentarem no ato da matrícula, em estabelecimentos de ensino público ou privado, a caderneta de saúde da criança contendo o registro da aplicação das vacinas obrigatórias à sua idade e dá outras providências.*
(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/47456_texto_integral.pdf?1606762475.52)

65. PLO nº 234/1998: Veto Total

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=MTAyNDZ)

66. PLO nº 116/2019: Institui, no âmbito do município de campinas, o "programa mais médicos campineiro", e dá outras providências. Aprovada com veto parcial.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=MzU2Mzk5)

67. PLO nº 3/2004: Funcionamento, junto a secretaria de assistência social, de casas abrigo para mulheres ameaçadas ou vítimas de violência doméstica e dá outras providências

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/4516_texto_integral.pdf?1603748458.26)

68. PLO nº 100/1998: Dispõe sobre a comercialização de preservativos masculinos, nas bancas de jornais e floriculturas do Município de Campinas.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/5021_texto_integral.pdf?1606762657.57)

69. PLO nº 246/2018: Cria o fundo de desenvolvimento da mobilidade urbana e dá outras providências.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/47779_texto_integral.pdf?1606762740.8)

70. PLO nº 229/2007: Autoriza o Poder Executivo a criar Centro de Educação e Reabilitação para Agressores e dá outras providências.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/22340_texto_integral.pdf?1603485074.9)

71. PLO nº 548/1997: Veto Total.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=OTgzNjY=)

72. PLO nº 56/2020: Torna obrigatório o fornecimento gratuito de máscaras de proteção hospitalar descartáveis e de folhetos educativos preventivos sobre doenças infectocontagiosas em locais públicos e privados de grande movimentação, propícios à contaminação, como hospitais, clínicas, postos de saúde, farmácias e similares.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/48589_texto_integral.pdf?1606762925.1)

73. PLO nº 506/1999: Veto Total

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=MTEzNDc5)

74. PLO nº 78/2001: Cria o "Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Campinas" e dá outras providências.

https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/963_texto_integral.pdf?1603741739.96

75. PLO nº 316/1998: Veto Total

https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=MTAzNjE2

76. PLO nº 88/2009: Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa de Combate ao Bullying, de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas escolas públicas no município de Campinas.

https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/25751_texto_integral.pdf?1603486141.71

77. PLO nº 28/1990: Autoriza o Executivo a firmar convênio com o SENAI, objetivando o desenvolvimento de programas de iniciação profissional do menor e dá outras providências.

https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/17124_texto_integral.pdf?1606763180.11

78. PLO nº 479/1998: Determina prioridade de embarque nos terminais de ônibus para os idosos.

https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/3525_texto_integral.pdf?1606763212.47

79. PLO nº 190/1990: Rejeitado.

https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/temp_folder/160676350842.pdf

80. PLO nº 813/2007: Dispõe sobre a instituição do Programa “Auxílio Moradia” e suas modalidades, na forma que especifica.

https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/21645_texto_integral.pdf?1603485273.21

81. PLO nº 272/1998: Veto Total

https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=MTAzMDUy

82. PLO nº 538/1997: Permite o acesso pela porta traseira dos ônibus as pessoas obesas e as mulheres gestantes em adiantado estado de gravidez.

https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/4795_texto_integral.pdf?1606771214.991

83. PLO nº 333/2000: Veto Total

https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=MTIzMTI2

84. PLO nº 77/1998: Acrescenta dispositivo a lei municipal no. 8310, de 17 de março de 1995. (paradas aos portadores de deficiência física se darão a qualquer hora e tempo, junto

ao meio-fio)

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/4977_texto_integral.pdf?1606763604.65)

85. PLO nº 328/2002: Rejeitado

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=MTMzNjcx)

86. PLO nº 163/2008: Parecer contrário da Comissão Permanente

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=MjAINTc4)

87. PLO nº 525/1994: Dispõe da isenção do IPTU às famílias que adotarem em definitivo crianças e adolescentes.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/6168_texto_integral.pdf?1606762814.34)

88. PLO nº 80/2001: Institui o dia 20 de Novembro - Dia da Consciência Negra - como feriado municipal

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/127_texto_integral.pdf?1603741937.9)

89. PLO nº 388/2009: Veto Total.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=MjE5NjE4)

90. PLO nº 214/2015: Dispõe sobre o conselho municipal de direitos da pessoa com deficiência - CMPD e dá outras providências.

(https://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/materia/303659_texto_integral.pdf?1606762668.35)